Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

O Estado de São Paulo no processo de Integração regional sul-americana

Ivanil Nunes
Pós-doutorando pelo Departamento de Economia da FEA/USP
Pós-Doutor pela Universidade de São Paulo e Universidad de Buenos Aires, Argentina
Doutor pelo Programa de Integração da América Latina – USP
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Economia - Área de concentração em História Econômica, da UNESP
Graduado em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) também pela UNESP
Professor na Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (EPPEN, Osasco)
ivanilnunes@usp.br

Resumo: Segundo o Tratado de Assunção seria o propósito destes Estados Partes ampliar a dimensão de seus respectivos mercados nacionais, por entenderem que seria esta a condição fundamental para se acelerar seus respectivos processos de desenvolvimento econômico com justiça social. No entanto, como se é sabido, as políticas de desenvolvimento econômico requerem (ainda que estas sejam relevantes) muito mais que vontade política e estratégia governamental. Tais ações serão sempre influenciadas pela dimensão econômica, política, institucional e histórica, que poderão alterar as trajetórias daquele desenvolvimento idealizado inicialmente. O pressuposto neste trabalho é que a economia brasileira, e a paulista, em particular, parecem beneficiar-se proporcionalmente mais do processo de integração; ainda que o propósito inicial fosse integrar as Partes de modo equânime. Assim, o objetivo neste trabalho é analisar, comparativamente, a partir da formação do Mercosul, ao processo de inserção da economia brasileira, e particularmente a paulista, no processo de integração regional sul americana. Seria correto afirmar que a economia paulista, desde o desenvolvimento do Mercosul, vem se beneficiando mais que a dos demais estados brasileiros deste processo de integração em curso? Será que existe simetria entre os valores agregados de mercadorias transacionadas: da economia paulista para os demais países vizinhos e destes para o Estado de São Paulo? Será que a economia do Estado de São Paulo se comporta como 'centro' em relação à economia dos demais países sul-americanos?

Palavras-Chaves: Tratado de Assunção – Integração - economia paulista – América do Sul - desenvolvimento econômico

Abstract: According to the Treaty of Asuncion, it would be the purpose of these States Parties to enlarge the dimension of their respective national markets, because they understood that this would be the fundamental condition to accelerate their respective processes of economic development with social justice. However, as is well known, economic development policies require (although they are relevant) much more than political will and government strategy. Such actions will always be influenced by the economic, political, institutional and historical dimension, which may alter the trajectories of that development initially conceived. The assumption in this work is that the Brazilian economy, and the São Paulo economy, in particular, seem to benefit proportionately more from the integration process; Even though the original purpose was to integrate

the Parties in an equitable manner. Thus, the objective of this work is to analyze, comparatively, from the formation of Mercosur, the process of insertion of the Brazilian economy, and particularly the Paulista, in the South American regional integration process. Is it correct to say that the São Paulo economy, since the development of Mercosur, has benefited more than the other Brazilian states in this ongoing integration process? Is there a symmetry between the aggregate values of transacted goods: from the São Paulo economy to the neighboring countries and from these to the State of São Paulo? Does the economy of the State of São Paulo behave as a 'center' in relation to the economy of the other South American countries?
Keywords: Treaty of Asunción - Integration - Economy of São Paulo - South America - Economic development

Introdução

Lê-se, já na primeira página do Tratado de Assunção, assinado pelos governos do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, em março de 1991, que seria propósito destes Estados Partes ampliar a dimensão de seus respectivos mercados nacionais, por entenderem que seria esta a condição fundamental para se acelerar seus respectivos processos de desenvolvimento econômico com justiça social (MERCOSUL). Segundo este Tratado, tal política comum seria capaz de gerar aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, preservar o meio ambiente, melhorar as interconexões físicas e a coordenação de políticas macroeconômicas; sempre com vistas "a melhorar as condições de vida de seus habitantes" (MERCOSUL).

No entanto, conforme demonstra o processo histórico de expansão e difusão da economia capitalista, as políticas de desenvolvimento econômico requerem (ainda que estas sejam relevantes) muito mais que vontade política e estratégia governamental. Tais ações, sabidamente, serão sempre influenciadas pela dimensão econômica, política, institucional e histórica, que poderão alterar as trajetórias daquele desenvolvimento idealizado inicialmente. Ainda que pareça correto afirmar que a política propugnada pelo Acordo de Assunção, de integração regional, estimule o desenvolvimento econômico, há que se levar em conta que este desenvolvimento não é algo acessível a todas as economias apenas pelo simples fluir do livre jogo das forças de mercado.

O pressuposto neste trabalho é que a economia brasileira, e paulista, em particular, parecem beneficiar-se proporcionalmente mais do processo de integração; ainda que o propósito inicial fosse o de

ISBN: 978-85-7205-159-0

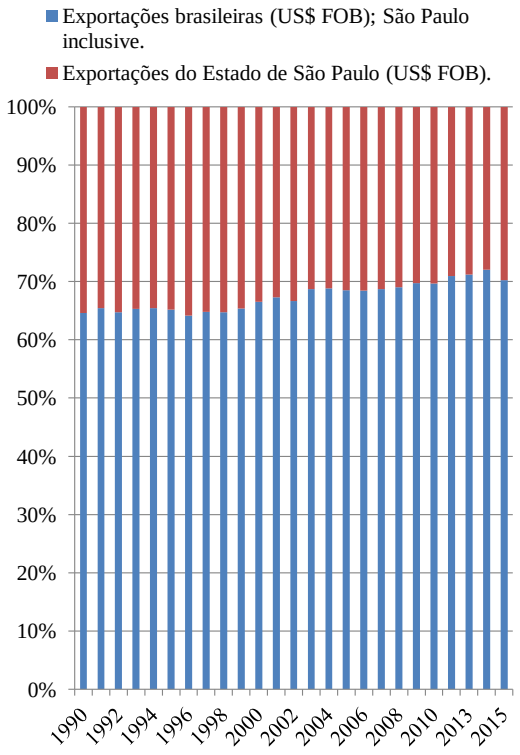
integrar as Partes de modo equânime - justamente para se atingir o propalado objetivo do Tratado, qual seja o de "acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social (idem)". Assim, o objetivo neste trabalho é analisar, comparativamente, a partir da formação do Mercosul, ao processo de inserção da economia brasileira, e particularmente a paulista, no processo de integração regional sul americana. Seria correto afirmar que a economia paulista, desde o desenvolvimento do Mercosul, na década de 1990, se beneficia mais que os outros estados brasileiros deste processo de integração em curso? Será que existe simetria entre os valores agregados de mercadorias transacionadas: da economia paulista para os demais países vizinhos e destes para o Estado de São Paulo? Será que a economia do Estado de São Paulo se comporta como centro em relação à economia dos demais países sul-americanos?

Desde a criação do Mercosul vem ocorrendo grande aumento dos fluxos de comércio entre o Brasil e os demais países sul-americanos. Esse aumento de fluxos de comércio poderia levar a supor-se que a economia brasileira, em seu conjunto, vem se integrando à América do Sul, de modo uniforme. No entanto, os dados disponíveis não indicam essa tendência. São Paulo se destaca dentre os principais estados brasileiros que mais participam desta iniciativa supranacional, seja pela liderança no montante transacionado, seja pelo valor das mercadorias exportadas aos demais países sul-americanos. Conforme se pode observar no Gráfico 1, durante as décadas de 1990 e 2000, a participação do Estado de São Paulo nas exportações brasileiras para a América do Sul representou pelo menos 30% do total. Do montante importado daquela Região, a participação paulista, que atingira cerca de 30% do total, por volta de meados da década de 1990, tem representado nos últimos anos da série algo em torno a 15% do total.

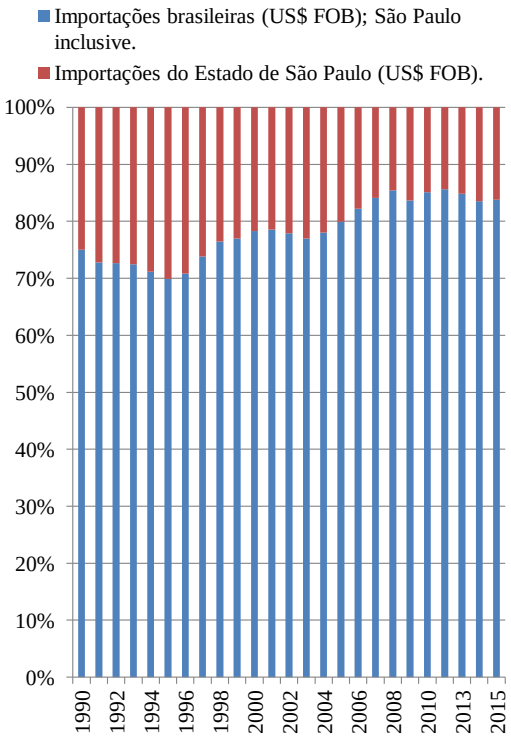
Gráfico 1. Brasil (inclusive São Paulo) e Estado de São Paulo: Exportações e importações para a América do Sul, 1990-2015.

ISBN: 978-85-7205-159-0

I. Exportações para a América do Sul.



II. Importações da América do Sul.



Fonte: BRASIL, MDIC (aliceweb).

O que sugere que este Estado integra-se de modo bem mais vantajoso que outros estados brasileiros; especialmente pelo fato de exportar produtos com alto valor agregado e importar produtos com baixo valor agregado (comparativamente). Este cenário parece apontar para o fato de que a economia paulista seja a principal beneficiária deste processo de integração econômica. A hipótese aqui defendida, portanto, é que esse aumento de circulação de mercadorias tem mantido a distorção na relação comercial entre o Brasil e os demais países sul-americanos; porém, essa distorção não ocorre por 'culpa' exclusiva da excessiva participação de São Paulo. Na verdade, é o conjunto da economia brasileira que parece se comportar como "centro" em relação à economia sul-americana, exportando produtos com maior valor agregado e importando produtos com menor valor agregado, desta Região. No entanto, os produtos exportados por São Paulo possuem maior valor agregado que os produtos por ele importado da vizinhança. Desse modo, a economia

ISBN: 978-85-7205-159-0

deste estado da federação parece contribuir sobremaneira para a manutenção ou ampliação dessa assimetria existente no valor obtido por cada unidade (tonelada) exportada para a América do Sul ou importada desta Região.

Nesta pesquisa, qualitativa quanto a sua abordagem, utiliza-se da investigação documental e bibliográfica, bem como o uso de fontes documentais primárias e secundárias, como parte do procedimento metodológico. Dentre estas, destacam-se aquelas algumas das políticas públicas realizadas pelos representantes dos blocos (Mercosul, Comunidade Andina, Comunidade Sul-Americana de Nações); as ações das agências de fomento que atuam na Região tais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporación Andina de Fomento (CAF), Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (Fonplata), bem como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São utilizados artigos e séries estatísticas elaboradas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), e, fundamentalmente, a rica base de dados estatísticos disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), assim como de outras fontes secundárias como livros, revistas, jornais e páginas eletrônicas de instituições especializadas no assunto.

Integração Regional Sul-Americana

Diversos projetos originários de governos ou de agências multilaterais já foram elaborados na Região visando o propósito de integração regional. Este tema, portanto, não é recente. Porém, o assunto parece ter se tornado bastante imperativo, entre os meios acadêmicos, agências multilaterais e instâncias governamentais, desde o final da década de 1940, a partir das formulações iniciais da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), em 1960, contempla parte desta ação política, acadêmica e estatal de integração econômica regional debatida desde o final da Segunda Guerra Mundial. O processo de integração econômica Sul-Americano possui, portanto, mais de meio século de vigência.

Parece razoável afirmar que, desde a década de 1990, o sistema capitalista vem passando por mais uma reestruturação com implicações de diversos tipos, dentre as quais, política, econômica e social. Do ponto de vista econômico, observa-se que há fortes evidências da ocorrência de expressivo aumento do comércio,

ISBN: 978-85-7205-159-0

tanto no âmbito mundial quanto regional, ocorrido, particularmente, a partir da abertura econômica da década de 1990. Essas transformações têm provocado internamente em cada um dos países da Região ações dos mais variados agentes nacionais, públicos e privados, visando à reformulação de suas estratégias de reintegração no processo econômico, tanto no âmbito intrarregional quanto mundial. A criação de blocos econômicos regionais, como o Mercosul, ou reorganização da Comunidade Andina de Nações, por exemplo, implicam na formação de uma área geográfica efetivamente supranacional, que requer a reestruturação de infraestruturas que atendam as demandas desta nova dinâmica econômica e social em um território agora transnacional.

O desenvolvimento do formato da infraestrutura, ou, melhor dizendo, o modal implantado em cada momento histórico esteve e está relacionado às exigências dos grupos sociais que o implantam, e não à lógica do suposto bem estar que a integração poderia trazer aos diversos espaços nacionais.

Segundo Fernandes, na América Latina as classes sociais hegemônicas se caracterizam pela sua situação econômica, pela sua capacidade de condicionar direta e indiretamente "tanto os processos de concentração social e riqueza, do prestígio social e do poder, inclusive de monopolizar o controle do Estado e suas funções, quanto os mecanismos societários de mobilidade, estabilidade e mudanças sociais" (FERNANDES, 1981, p. 33).

No interior de cada uma das nações sul-americanas formaram-se distintos espaços econômicos ocupados pelos diferentes grupos que competem entre si buscando lograr a hegemonia política e econômica em âmbito nacional; hegemonia que, em geral, vem acompanhada da possibilidade de o grupo que se instala no aparelho do Estado defender propositadamente seus interesses, como sendo nacionais. Do ponto de vista econômico a hegemonia confere a este seleto grupo a exploração de fatores de produção disponíveis como terra, trabalho e capital; que passam a deslocar-se para essas áreas – "suas áreas" -, o que facilita a manutenção do domínio político da respectiva parcela da classe dominante, ou de seus aliados. É essa consciência de seus interesses, não isenta de conflitos no interior da classe dominante, que possibilita que a concentração de riqueza e prestígio social se convertam em poder político institucional capaz de comandar o Estado - que representa, dentre outras, as relações existentes entre o poder político e o econômico.

ISBN: 978-85-7205-159-0

Integração Regional Sul-americana da década de 1990: sob o Regionalismo aberto

O processo de industrialização, ocorrido nas principais economias sul-americanas implicou em reconstituição do espaço econômico regional, que passou por modificações em sua forma de interação econômica, tanto intra quanto extrarregião. Diversas foram as ações estatais e de organismos internacionais, em particular a CEPAL e BID, que passaram a defender a integração regional pós-Segunda Guerra Mundial. Essas ações buscavam, basicamente, a ampliação de mercados para as indústrias instaladas em cada um de seus territórios; tanto para empresas nacionais, ou estrangeiras, já instaladas na Região quanto para multinacionais passíveis de serem atraídas pelas legislações que privilegiavam a entrada de investimentos diretos estrangeiros na Região, a partir da Segunda Guerra Mundial.

É esse mercado intrarregional em expansão que parece desencadear a integração que se estruturou com força política a partir da década de 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Embora essa integração, denominada por Sunkel (1998, p. 235) como "velho regionalismo", tenha surgido marcada pelo benefício às grandes empresas multinacionais. Tavares & Gomes corroboram com a afirmação de Sunkel ao argumentar que a expansão do mercado regional, nos anos de 1960 e 1970, estava relacionada a uma combinação de fatores, tais como o crescimento econômico dos mercados internos possibilitado, naquele período, pelas estratégias de expansão dos mercados das multinacionais e pela sua lógica de complementação industrial que, a exemplo da indústria automobilística, requeria alta taxa de comércio intrafirma; o que:

> Constitui um bom exemplo de como essas empresas globalizadas reestruturam espacialmente seu processo de produção e de como esse aumento de comércio na realidade representa em sua maior parte um aumento das transações intraempresas, com incremento de coeficiente importado, baixo valor agregado e baixo nível de emprego por unidade do produto (TAVARES; GOMES, 1998, p.221).

Apesar da crítica a esta incompleta tarefa de criação de um efetivo mercado comum, pode-se afirmar que aquela primeira experiência de integração regional causou maior interdependência econômica entre os países que, por consequência, passaram a demandar maior integração da infraestrutura regional. Conforme se pode verificar na tabela1, abaixo, o comércio intrarregional foi bastante expandido a partir da

ISBN: 978-85-7205-159-0

entrada em vigor da ALALC, em 1960. O aumento de participação contemplou, inclusive, os países de economias menores pertencentes à ALALC/ALADI.

Tabela 1. I. AMÉRICA LATINA: exportações para o restante do mundo; II) ALALC/ALADI: exportações intrarregional (em milhões US$ - FOB)

I) América Latina (inclusive ALALC/ALALDI): exportações para o restante do mundo					**Ano base 1960 = 100**		
	1960	1970	1980	1990	1970	1980	1990
Am Latina	6.530,20	11.695,00	85.749,00	94.074,00	179	1.313	1.441
II) Exportações intra-ALALC/ALADI (por país)					**Ano base 1960 = 100**		
País	1960	1970	1980	1990	1970	1980	1990
Uruguai	3,3	29,2	393,4	670,2	885	11.921	20.309
Colômbia	6,2	54,5	551,3	1.019,30	879	8.892	16.440
México	8,1	92,7	608	866,8	1.144	7.506	10.701
Bolívia	8,3	20,3	380,4	413,3	245	4.583	4.980
Paraguai	8,9	24,5	140,6	426,1	275	1.580	4.788
Equador	8,1	20,2	439,7	293,5	249	5.428	3.623
Brasil	88,5	304	3.459,00	3.193,50	344	3.908	3.608
Chile	33	152	1.117,00	651,8	461	3.385	1.975
Argentina	170,3	365,8	1.850,50	3.128,10	215	1.087	1.837
Peru	36,8	63,6	590,9	431,3	173	1.606	1.172
Venezuela	195,7	137,3	1.396,00	1.075,30	70	713	549
ALALC	567,2	1.264,10	10.926,80	12.169,20	223	1.926	2.145

Fonte: CEPAL. Anuario estadistico de América Latina y el Caribe.

A ampliação das exportações intra ALALC/ALADI, foi superior a 2.000% entre 1960-1990, maior que o acréscimo de exportações da América Latina para o restante do mundo, que cresceu mais de 1.200%, no mesmo período. Quando considerados os onze países que formam o bloco, observa-se que o Uruguai foi o que, proporcionalmente, mais ampliou a sua participação, seguido de Colômbia e México dentre os mais beneficiados com a expansão ocorrida após a Associação ter entrado em vigor.

No entanto, segundo Sunkel, entre as décadas de 1970 e 1980 o ímpeto político pela integração econômica teria se "diluído" em função da mudança de cenário político econômico que se estabeleceu na Região, tais como: golpes militares (Brasil, Chile, Argentina, Bolívia), crise do petróleo (1974 e 1979) e crise da dívida externa (1982), fatores que, segundo este autor, teriam imposto aos países da Região um

ISBN: 978-85-7205-159-0

prolongado período de reajuste econômico que se estendeu entre o final da década de 1980 e início da década de 1990. Além desses agravantes conjunturais outros obstáculos de caráter estrutural dificultavam a implantação de um mercado comum regional, de fato. Segundo Braga, havia a dificuldade em se distribuir os custos e benefícios da integração entre economias com graus de industrialização tão distintos entre si.

> Trata-se de um processo de difícil coordenação e que envolve não apenas questões econômicas, mas políticas, principalmente quando não existe uma clara definição das estratégias de desenvolvimento a serem seguidas, ou quando tais estratégias criam uma elite industrial com influência política e que se opõe a uma maior abertura da economia às importações (BRAGA, 2002, p.10).

Para Ffrench-Davis (2005:197), desde a década de 1970 os países da Região já vinham apresentando dificuldades em cumprir as propostas iniciais da integração, em particular, aquelas relacionadas à eliminação de barreiras comerciais, pois a integração pressupunha a ampliação de mercados aos produtos industrializados, que conflitava com os interesses consolidados desde a década de 1930, que defendiam a industrialização por substituição de importações. No entanto, o comércio intrarregional recebeu duro golpe com a crise da dívida externa, de 1982, em função da qual o nível de exportações entre os países latino-americanos foi reduzido de US$ 11,9 bilhões em 1981 para US$ 7,5 bilhões em 1986: uma diminuição de quase 37%.

> Dada a grande importância que as manufaturas tinham alcançado nas exportações intra-regionais, o setor industrial sofreu um forte impacto com a queda do comércio recíproco. Um fator importante no decréscimo das exportações intra-regional foi a profunda recessão que gerou enorme redução da capacidade importadora de toda a região. A contração da demanda interna provocou um declínio generalizado das importações. Na tentativa de preservar as divisas já escassas, foram introduzidas algumas restrições às importações, inclusive de parceiros comerciais da região. Além disso, as desvalorizações das moedas, em grande escala, desestimularam as importações (FFRENCH-DAVIS, 2005, p. 197).

Como a desvalorização do câmbio foi feita simultaneamente na maioria dos países latino-americanos ocorreu uma redução do custo relativo das exportações latino-americanas; o que contribuiu para que as exportações ficassem mais competitivas fora da Região, motivo pelo qual, “em termos nominais, as exportações de produtos manufaturados para países fora da América Latina subiram 66% entre 1980 e 1985, enquanto as feitas para a região caíram 38% no mesmo período” (FFRENCH-DAVIS, 2005, p.197).

ISBN: 978-85-7205-159-0

A partir da década de 1990, observa-se a franca retomada da abertura econômica e de políticas externas dos países sul-americanos em busca da formação de estratégias regionalistas na Região. Denominado pela CEPAL e BID como "Regionalismo Aberto", este movimento caracterizou-se por maior abertura econômica: tanto proveniente de acordos especiais firmados entre países específicos, portanto, de caráter preferencial entre eles, quanto daquela abertura impulsionada pela liberalização comercial, em geral, firmada em âmbito mundial (CEPAL, 1998, p.901-23). Do ponto de vista do retorno das políticas em defesa desta nova integração, verifica-se a retomada das atividades dos blocos econômicos regionais; que passaram a determinar novas demandas aos diversos sujeitos nacionais, públicos e privados que passaram a, obrigatoriamente, adotar estratégias visando à adequação ao processo contemporâneo de internacionalização e integração à economia mundial. Na América do Sul, este fenômeno pode ser constatado pela retomada do intercâmbio comercial dentro da Comunidade Andina de Nações (CAN), a partir de 1989, pela assinatura do Tratado de Assunção, em 1991, com a criação do Mercosul, e pela criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)[1]. Em relação à Comunidade Andina, observa-se que:

> (...) As exportações intra-comunitárias passaram de 111 milhões de dólares em 1970 para 1,039 milhões de dólares em 1989, crescendo somente 9 vezes em 19 anos, enquanto que, em 2003, chegaram a 4,94 milhões de dólares, multiplicando-se 44 vezes entre 1970 e 2003. A composição das transações dentro da sub-região passou de 48% de produtos manufaturados, em 1969, para 90% dos mesmos em 2003. Na atualidade, as manufaturas de alto valor agregado representam 58% do intercâmbio entre os países andinos. (...) Em 2004, as exportações intra-comunitárias alcançaram cifra recorde, ascendendo ao valor histórico de 7,766 milhões de dólares; o que representou um aumento de 59% com relação ao anos de 2003 (TIZÓN, 2005, p. 159-60).

Em relação ao Mercosul observa-se que as exportações entre os sócios haviam sido triplicadas: de cinco bilhões de dólares em 1991 para um total de quinze bilhões de dólares em 2001. Em 1997, melhor ano do período, as exportações entre os países do bloco atingiram a quantia de vinte bilhões de dólares (DUHALDE, 2005, p.5). Assim, a criação do Mercosul, a retomada das atividades da CAN e a mais recente

[1] Segundo a Declaração de Cuzco, de dez. de 2006, realizada durante a 3a. Reunião de Presidentes da América do Sul, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), criada sob a denominação de Comunidade Sul-Americana de Nações, pretende se transformar em zona de livre comércio continental através da unificação do Mercosul e Comunidade Andina de Nações. O documento busca o estabelecimento de parâmetros que unifiquem as ações dos países sul-americanos nas áreas: social, econômica, ambiental e de infraestrutura.

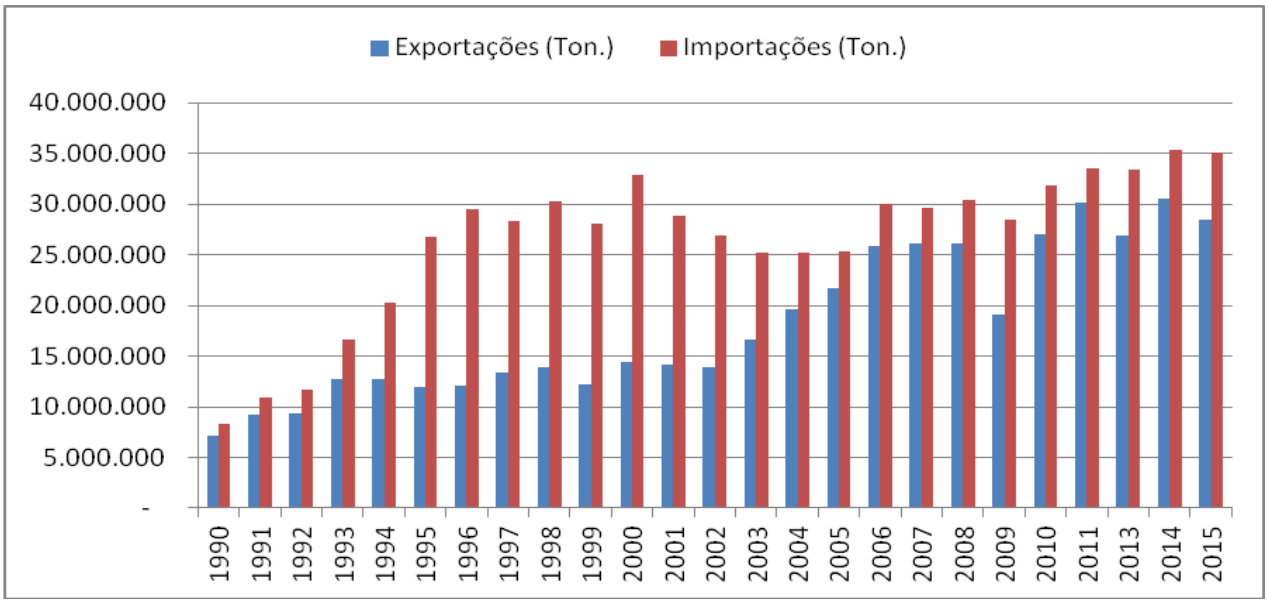
ISBN: 978-85-7205-159-0

tentativa de unificação desses dois blocos, através da criação União de Nações Sul-Americanas, fazem parte das estratégias adotadas pelos governos sul-americanos, com o propósito de se abrir amplo espaço geográfico supranacional.

Brasil e demais países sul-americanos: uma relação assimétrica

Quando se analisa o fluxo de comércio entre Brasil e o conjunto dos demais países da América do Sul verifica-se que a quantidade de mercadorias importadas (em toneladas) é bem superior ao volume de exportações para o conjunto de seus países vizinhos.

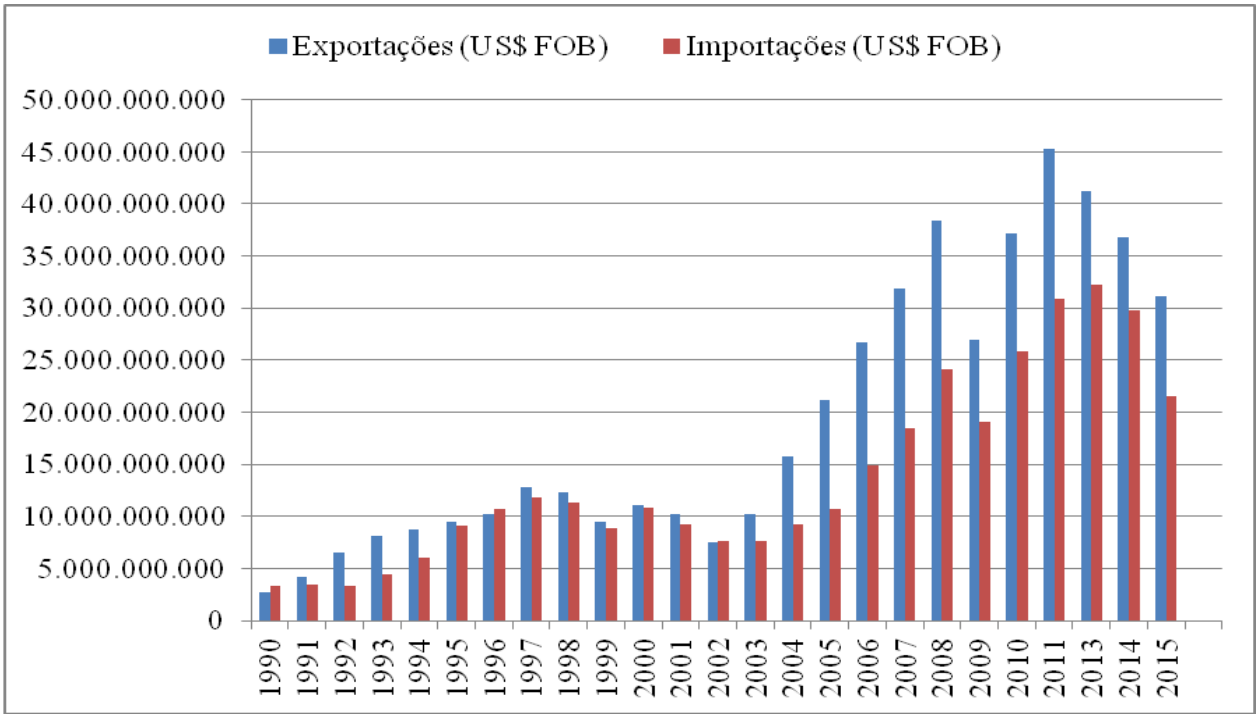
Gráfico 2. 1. Brasil – América do Sul. Montante de fluxos de comércio, em toneladas, 1990-2015



Fonte: BRASIL, MDIC (aliceweb).

No entanto, a balança comercial tem sido francamente favorável ao Brasil.

2. BRASIL (São Paulo, inclusive). Fluxos de comércio com a América do Sul. 1990-2015

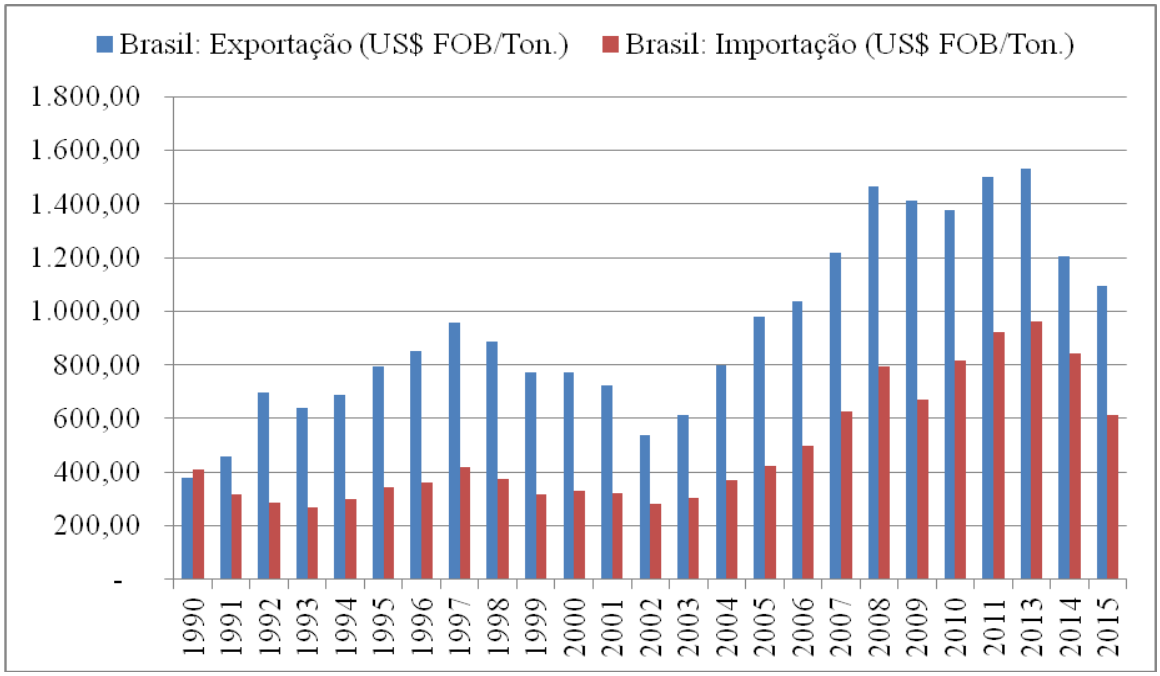


Fonte: BRASIL, MDIC (aliceweb).

Quando se observam os valores deste fluxo de comércio (em US$ FOB), no período 1990 – 2015 (Gráfico 3) se verifica ainda, que o valor obtido por cada tonelada das exportações brasileiras são bem superiores aos respectivos valores pagos pelas importações.

Gráfico 3. BRASIL (São Paulo, inclusive): Comparativo dos valores (US$ FOB), por tonelada: importada dos, e exportada para os, demais países da América do Sul, 1990-2015

ISBN: 978-85-7205-159-0



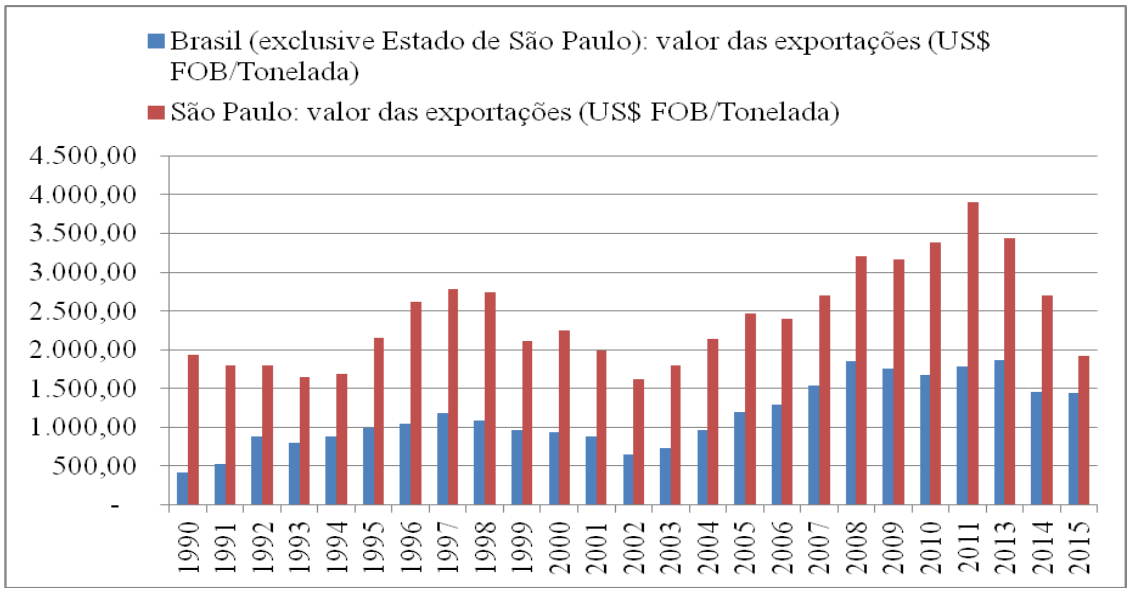
Fonte: BRASIL, MDIC (aliceweb).

Tais indicadores sugerem que a economia brasileira exporta produtos com valores agregados bem superiores aos importados dos demais países sul-americanos. Pois, embora a quantidade de importados pelo Brasil (em toneladas) seja maior que a exportada, aquele montante (importação) representa um valor menor (em US$) que o total das exportações brasileiras para a Região; e essa situação assimétrica parece ser regra geral presente no comércio Brasil-América do Sul.

Os dados disponíveis, ainda que preliminares, possibilitam afirmar que, dentre os estados brasileiros, São Paulo parece integrar-se de forma 'mais' vantajosa que outros estados brasileiros, ao longo deste período analisado. Dados iniciais sugerem que esse aumento de circulação de mercadorias, que vem ocorrendo desde a década de 1990, tem estimulado ou mantido a distorção desta relação comercial. É fato que tal fenômeno não ocorre apenas entre o Estado de São Paulo com os países vizinhos. Porém, conforme se pode observar (Gráfico 4) os produtos exportados por São Paulo possuem maior valor agregado que os produtos dos demais estados brasileiros exportadores para os países vizinhos.

Gráfico 4. Brasil (exclusive Estado de São Paulo) e Estado de São Paulo: valor, por tonelada, das exportações para os demais países sul-americanos

ISBN: 978-85-7205-159-0

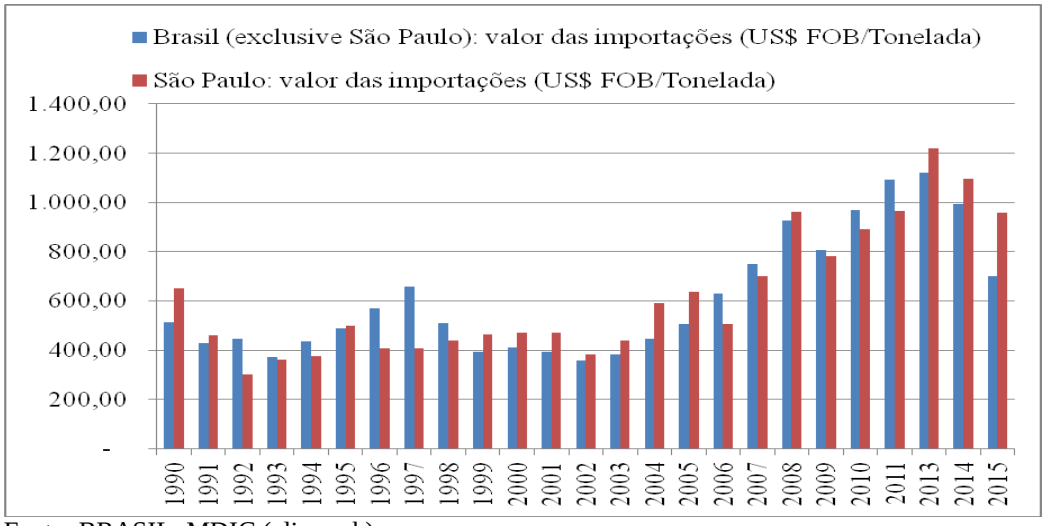


Fonte: BRASIL, MDIC (aliceweb).

Enquanto o valor médio das exportações brasileiras (exclusive São Paulo) atinge US$1.148,9, o valor médio das exportações paulistas atinge US$2.414; o que representa mais que o dobro do valor médio obtido por tonelada exportada no Brasil, fora de São Paulo. No entanto, quando se verifica o valor das importações sul-americanas para o Brasil observa-se que São Paulo importa mercadorias com valor agregado por tonelada bastante similar ao (valor) dos produtos importados pelo restante do Brasil.

Gráfico 5. Brasil (exclusive São Paulo) e Estado de São Paulo: valor, por tonelada, das importações procedentes dos países sul-americanos

ISBN: 978-85-7205-159-0

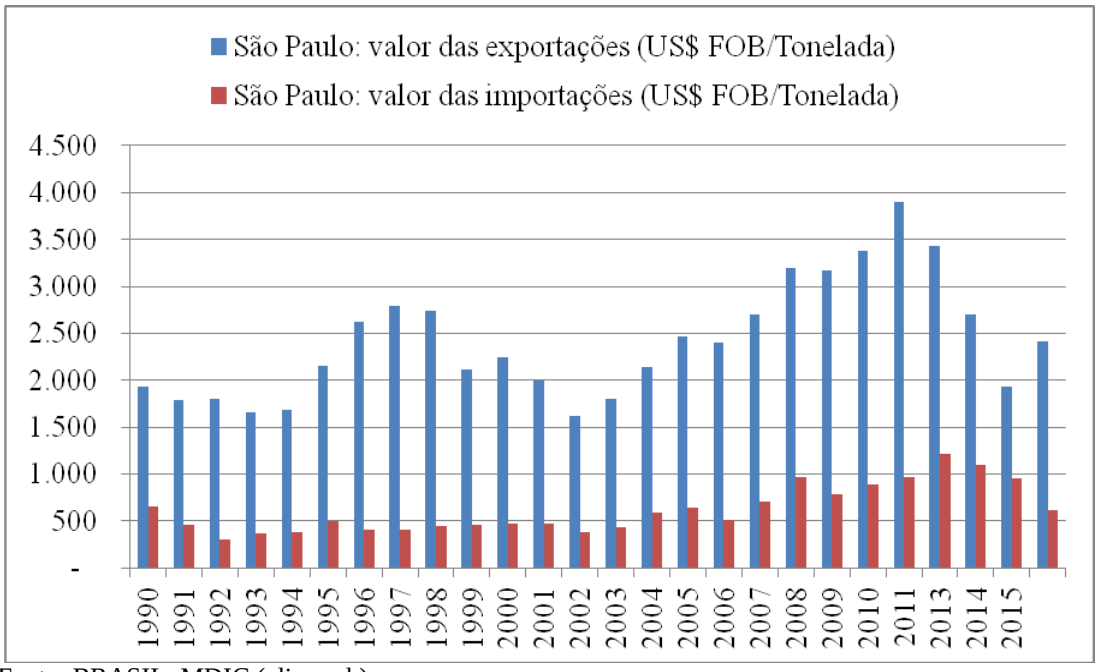


Fonte: BRASIL, MDIC (aliceweb).

Vale observar que o valor médio (por tonelada) pago pelos importadores dos demais estados brasileiros, por produtos originários da América do Sul, alcança a marca de US$612,4; o que representa cerca da metade do valor recebido, pelos exportadores brasileiros de fora de São Paulo, por cada tonelada exportada para os demais países da América do Sul.

No entanto, ao se observar o valor médio (por tonelada) pago pelos importadores paulistas às mercadorias originárias da América do Sul, verifica-se que este valor atinge a quantia de apenas US$617,8; equivalente a cerca de 1/4 do valor médio recebido (por tonelada) pelos exportadores paulistas, que exportam para os países sul-americanos (BRASIL, MDIC).

Gráfico 6. ESTADO DE SÃO PAULO. Valor, por tonelada, das exportações e importações realizadas com os demais países sul-americanos



Fonte: BRASIL, MDIC (aliceweb).

Logo, se por um lado não é apenas o comércio paulista-América do Sul que causa esse fenômeno de assimetria de valores das mercadorias transacionadas entre o Brasil e seus vizinhos, por outro, parece ser inegável que estrutura de comércio entre São Paulo e os países vizinhos reforça essa discrepância; que pouco contribui para se "acelerar seus respectivos processos de desenvolvimento econômico com justiça social", conforme o propugnado pelo Tratado de Assunção e acordos regionais posteriores a ele (MERCOSUL).

Considerações finais

O processo de integração econômica na América do Sul possui mais de meio século de vigência. No entanto, observa-se ter ocorrido algo de novo a partir da década de 1990, quando devido a considerável reestruturação do sistema capitalista, em âmbito global, se estimulou a franca retomada da abertura econômica e de políticas externas dos países sul-americanos em busca da formação de estratégias regionalistas; a partir daí, sob os princípios do Regionalismo aberto, caracterizado por maior abertura econômica: tanto proveniente de acordos especiais firmados entre países específicos, portanto, de caráter

ISBN: 978-85-7205-159-0

preferencial entre eles, quanto daquela abertura impulsionada pela liberalização comercial, em geral, firmada em âmbito mundial (CEPAL, 1998:901-23).

Ao se analisar comparativamente o processo de inserção da economia brasileira, e particularmente a paulista a partir da formação do Mercosul no processo de integração regional sul americana, observa-se que a economia do Brasil, e paulista, em particular, parece beneficiar-se proporcionalmente mais do processo de integração; ainda que o propósito inicial fosse o de integrar as Partes de modo equânime - justamente para se atingir o propalado objetivo do Tratado, qual seja o de acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social.

Assim, embora a Integração Regional Sul-Americana, desde a década de 1990 tenha proporcionado aumento de circulação de mercadorias tem se mantido a distorção na relação comercial entre o Brasil e os demais países sul-americanos. Portanto, essa distorção não ocorre por 'culpa' exclusiva da excessiva participação de São Paulo uma vez que o conjunto da economia brasileira parece se comportar como "centro" em relação à economia sul-americana, exportando produtos com maior valor agregado e importando produtos com menor valor agregado, desta Região. No entanto, os produtos exportados por São Paulo possuem maior valor agregado que os produtos por ele importado da vizinhança. Desse modo, a economia deste estado da federação parece contribuir sobremaneira para a manutenção ou ampliação dessa assimetria existente no valor obtido por cada unidade (tonelada) exportada para a América do Sul ou importada desta Região.

Os dados, ainda que iniciais e limitados aos fluxos agregados de comércio, sugerem que este Estado integra-se de modo bem mais vantajoso que outros estados brasileiros, e isso fica explícito pelo fato de aquele exportar produtos com alto valor agregado e importar produtos com baixo valor agregado (comparativamente); fato que reforça a sugestão de que São Paulo vem ocupando a posição de centro econômico da integração regional.

Referências

ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE INTEGRACIÓN (ALADI). **Diagnóstico del Transporte Internacional y su Infraestructura en América del Sur** (DITIAS): Transporte ferroviario. Montevideo: ALAF, septiembre de 2000.

BRAGA, Márcio Bobik. Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL. **Cadernos Prolam/USP**. São Paulo, n.1, p.x-y, 2002. Disponível em:< http://www.usp.br/prolam/downloads/2001_01_01.pdf >. Acesso em 08/03/ 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. ***Dependência e desenvolvimento na América Latina*:** ensaio de interpretação sociológica. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE (CEPAL). **El transporte en America Latina.** Nueva York: CEPAL, 1965.

CEPAL. CINCUENTA AÑOS: REFLEXIONES SOBRE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Santiago, Chile: CEPAL, **REVISTA DE LA CEPAL:** NUMERO EXTRAORDINARIO, Octubre 1998. 446 p. Disponível em <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/4415/P4415.xml&xsl=/revista/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/imprimir.xsl>.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; MUNHOZ, Oscar; PALMA, José Gabriel. As economias Latino-Americanas, 1950-1990. In: BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina: **A América Latina após a década de 1930**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica da América Latina**. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Lia, 1970.

FURTADO, Celso. Estado e Empresas transnacionais na industrialização periférica. **Revista de Economia**. São Paulo, vol.1, no.1, janeiro-março 1981.

HACHETTE, Dominique. El Regionalismo Latinoamericano o Aventuras Integracionistas Continentales. In: Documento de Trabajo. Santiago: IE-PUC, no. 293, maio 2005. (Capítulo VI).

IGLESIAS, Roberto M. Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración de la infraestructura en América del Sur. **Revista Integración & Comercio**. Buenos Aires, n. 28, p. 161-190, Enero-Junio, 2008. Disponível em:<http://www.iadb.org/intal/aplicaciones/uploads/publicaciones/e_INTAL_IYC_28_2008_Iglesias.pdf>. Acesso 16 nov. 2014.

JIMÉNEZ, Edgard Moncayo. Glocalización: nuevos enfoques teóricos sobre el desarrollo regional (subnacional) en el contexto de la integración económica y la globalización. In: **Revista Integración & Comercio N° 16**. Banco Interamericano de Desenvolvimento, Instituto para a Integração de América Latina e o Caribe (INTAL).

____. **Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial de la globalización**. Santiago, Chile: CEPAL, Diciembre 2002. (Serie Gestion Pública, Nº 27, 84 p.). Disponível em: <http://www.eclac.org/publicaciones/xml/5/11885/sgp27.pdf>.

____. **Regiones**: Nuevos actores de la integración. Bogotá, Venezuela, Comunidade Andina, 2003. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/public/libro32.pdf>.

MERCOSUR. Tratado para a constituição de um mercado comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/2486/1/tratado_de_assuncao_pt.pdf>. Acesso em 07/03/2016.

MOTA, Pedro Infante. Ensaio: A Organização Mundial do Comércio e os Blocos Econômicos Regionais. **Cadernos PROLAM/USP.** Ano 3 - vol 2 - 2004, p. 89-142). Disponível em http://www.usp.br/prolam/downloads/2004_2_5.pdf . Acesso 16/11/2014.

SALUDJIAN, Alex. Geografia Econômica: vantagens e limites fundados no processo de integração. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**. Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX). Rio de Janeiro, n.75, p.1-17, abril-junho de 2003.

SALUDJIAN, Alexis. **Un balance del processo de transformación productiva y tecnológica en el Mercosul durante la década de los 1990:** una visión critica del regionalismo abierto y financiarizado.

SUNKEL, Osvaldo. Desarrollo e integración regional: ¿otra oportunidad para una promesa incumplida? Santiago (Chile): **Revista de la CEPAL,** 1998 (número extraordinário).

TAVARES, Maria da Conceição & GOMES, Gerson. La CEPAL y la integración económica de América Latina. In: **Reflexiones sobre a América Latina Y el Caribe**. Santiago de Chile: CEPAL, Octubre 1998. (Número extraordinario).

TAVARES, Maria da Conceição. Auge y declinación del proceso de substitución de importaciones en el Brasil (Textos seleccionados). In: CEPAL. **Cincuenta anos de pensamiento en la CEPAL.** Santiago, Chile: Fondo de Cultura Económica, 1998.

THORP, Rosemary. Economias Latino-Americanas, 1939-1950. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina:** A América Latina após a década de 1930. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2005. (Vol. VI).

TIZÓN, Allan Wagner. Comunidade andina: integração para o desenvolvimento na globalização. *In: DEP:* **Diplomacia, Estratégia e Política**. Brasília. Projeto Raúl Prebisch, vol 1, n. 2, jan. 2005.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política econômica externa e industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva. 22ª. Ed. **A ordem do Progresso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, (p. 105-122).